

# MILLENNIUM SNAPSHOTS SETORIAIS PRR

OPORTUNIDADES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

---

Indústrias  
Transformadoras

Millennium  
bcp Empresas  
AQUI CONSIGO

# EDITORIAL

## O plano para relançar a economia



**João Nuno Palma**  
Vice-Presidente da  
Comissão Executiva

*Eis aqui, quase cume da cabeça  
De Europa toda, o Reino Lusitano,  
Onde a terra se acaba e o mar começa (...)*

Luís de Camões

O PRR – Plano de Recuperação e Resiliência é apenas uma parte do conjunto dos fundos que a União Europeia tornará acessíveis a Portugal nos próximos anos, com o objetivo imediato de reagir à crise pandémica, através de respostas articuladas para a reanimação económica e a criação de emprego, atendendo simultaneamente a problemas estruturais que se aguardam há vários anos.

O PRR não pode, por isso, ser encarado como um instrumento isolado e independente da reprogramação em curso no Portugal 2020, nem divorciado do próximo QFP – Quadro Financeiro Plurianual que vigorará até ao fim da década. O Plano encerra em si mesmo algumas conexões para o magno objetivo da dupla transição climática e digital.

Parece, assim, que a harmonia completa tem de ser complementada com as dotações anuais de investimento do



orçamento de Estado, bem como com o envelope financeiro final contratualizado para o Portugal 2030, aos quais ainda se podem associar, de forma adjacente e casuística, os programas que a Comissão Europeia gere na área da Ciência, como o Horizonte Europa (no apoio à investigação e à inovação) ou na área da Cultura, com o Europa Criativa.

Em suma e resumindo, os próximos cinco anos, até final de 2026, concentrarão uma disponibilidade financeira excepcional, e sem precedentes, para o desenvolvimento económico e social do nosso país, correspondente a mais de 48 mil milhões de euros de um total superior a 61 mil milhões de euros.

O PRR constitui-se como a fase seguinte aos apoios iniciais desenvolvidos para atenuar a dimensão da crise de 2020 – quer por via das garantias de Estado, quer por via das moratórias – às situações de emergência económica e social vividas em plena pandemia.

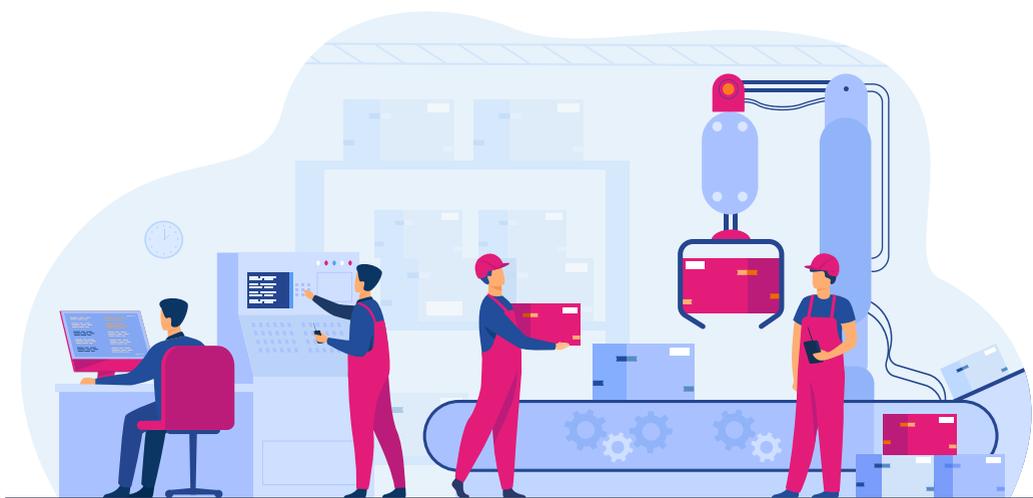
O CAPEX Público previsto para investimento na aquisição de bens e serviços (obras públicas e equipamentos, entre

outros) será de, aproximadamente, 10 mil milhões de euros, orientado para o estímulo da procura, com efeitos multiplicadores no crescimento económico.

Porém, face aos robustos objetivos dessa agenda PRR, a atual formulação do tecido empresarial pode, em alguns casos, não se ajustar às ambições aí consagradas, pelo que é muito atendível que a dimensão de alguns investimentos aconselhe e estimule processos de cooperação empresarial.

Esse é um dos grandes desafios do PRR: o desenvolvimento de parcerias e associação conferirá mais valor às oportunidades que aí se identificarem, seja pela dimensão ou pela especificidade, cabendo ao Estado proporcionar essas condições e às empresas organizarem-se para corresponder a esta intervenção excepcional.

Atendendo ao volume dos montantes envolvidos, mas também ao espaço de tempo disponível para a concretização do PRR, é desejável que a tramitação dos avisos de concurso seja simplificada, com estruturas ágeis, rápidas nos processos de avaliação de candidaturas e uma consequente fluidez nos processos de decisão e contratação.



Sendo certo que estes serão programas fortemente escrutinados, até pela experiência consolidada, sabe-se que a *Governance* do PRR, na área da coordenação técnica e de gestão, será assumida por uma estrutura de missão, e que a sua execução será contratualizada com agências e organismos públicos.

Neste contexto, no Millennium bcp, acreditamos genuinamente na parceria que podemos construir com os nossos Clientes, mas também na capacidade conjunta de ultrapassar este desafio extraordinário e singular!

Com estes *Snapshots* Setoriais PRR desejamos contribuir para que os empresários e gestores possam tomar decisões ainda melhor fundamentadas, contando para isso com as Equipas do Banco, como um parceiro que conhece bem a economia e está preparado no serviço que presta aos Clientes.

Pela nossa parte - no Millennium bcp - estamos comprometidos com as prioridades de mudança estrutural da economia portuguesa e no reforço do tecido empresarial, centrados na capitalização e robustez dos balanços das empresas, no redimensionamento empresarial, no incremento da inovação e no fortalecimento da capacidade exportadora.

Acreditamos que o contexto do pós-pandemia será fortemente desafiante.

Estando o Millennium bcp fortemente comprometido com a nossa economia e com o sucesso da sua evolução, e sendo o PRR e o QFP programas transformacionais cuja implementação e boa execução pelos nossos Clientes é também uma prioridade para o Banco, estaremos assim ativos e empenhados nas candidaturas das Empresas a atuar em Portugal aos programas referidos.

Contem connosco!

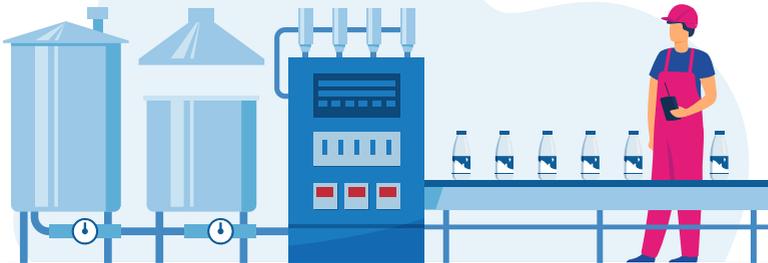
## CONTEXTO

# Portugal receberá 61 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos

No início de 2021, foi aprovada pelo Governo a Estratégia Portugal 2030 que constitui o referencial para a aplicação dos vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo.

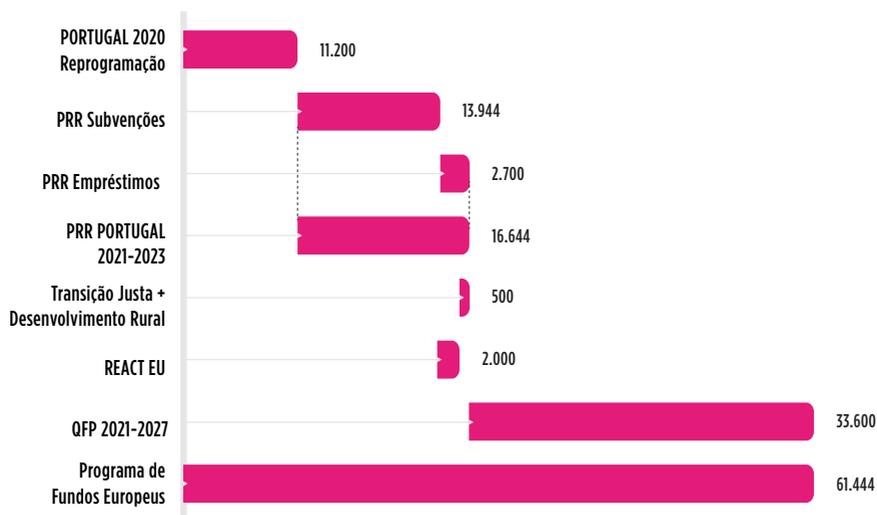
Em termos globais, **este será o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia, num total de 1,8 biliões de euros**, para ajudar a reconstruir a Europa no pós-Covid-19, criando uma Europa mais verde, mais digital e mais resiliente.

**Portugal contará com 61 mil milhões de euros para a sua recuperação e retoma económica**, pós-pandemia, com especial enfoque em três instrumentos de investimento: Portugal 2020, reprogramado com 11.200 milhões de euros; Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com 16.644 milhões de euros; e Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (QFP 21-27), com 33.600 milhões de euros.



## Financiamento das medidas de investimento económico e social

milhões de euros



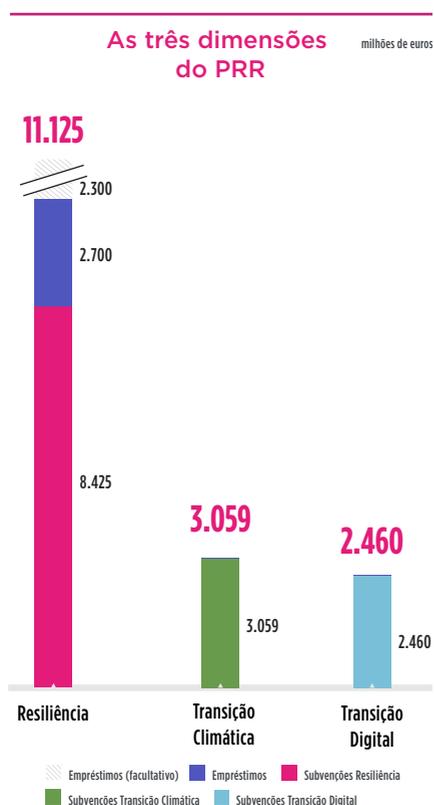
### Timeline para a execução do investimento

Plano PT-EU	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Responsável	Tempo
PORTUGAL 2020 Reprogramação	PT2020 11.200 M€									ADC	3 anos
PRR Subvenções		PRR Aprovação 13.944 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
PRR Empréstimos		PRR Aprovação 2.700 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
Transição Justa + Des. Rural + REACT EU		TJ + DR + REACT EU 2.500 M€		PRR Execução						Recuperar Portugal	3+3 anos
QFP 2021-2027 PORTUGAL 2030		QFP 2021-2027   PT2030 Aprovação 33.600 M€					QFP 2021-2027 PT2030			ADC	7+2 anos

↑  
15/02/2021

# PRR 2021-2023

## Enquadramento do Plano de Recuperação e Resiliência

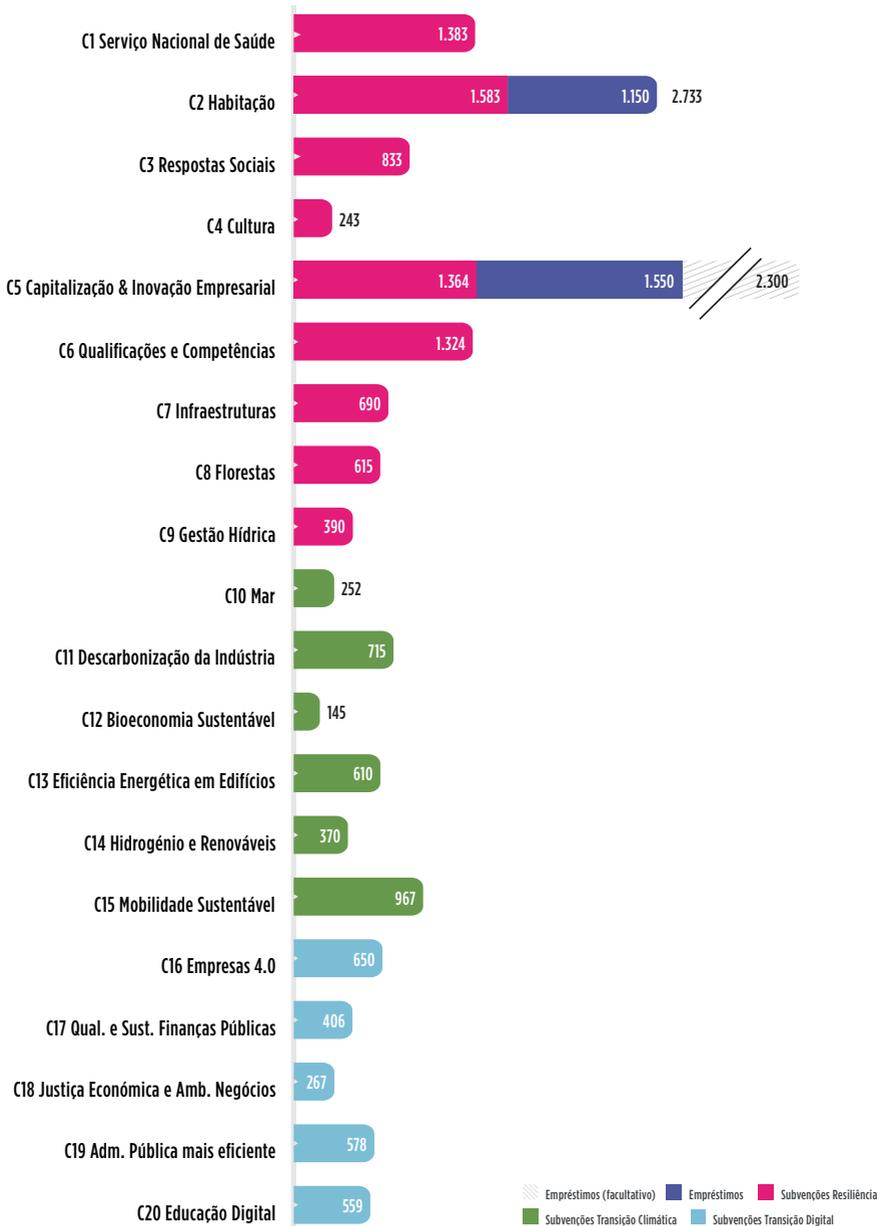


O Programa de Recuperação e Resiliência atribuirá a Portugal 13.944 milhões de euros em subvenções e 2.700 milhões de euros em empréstimos para ativar em três domínios de recuperação (resiliência, transição climática e transição digital), num conjunto de 20 componentes de investimento, 37 reformas e 83 investimentos, que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

O recurso à componente de apoios sob a forma de empréstimos poderá ainda ser aumentado num valor adicional de 2,3 mil milhões de euros, após uma reavaliação no segundo semestre de 2022.

## As componentes do PRR

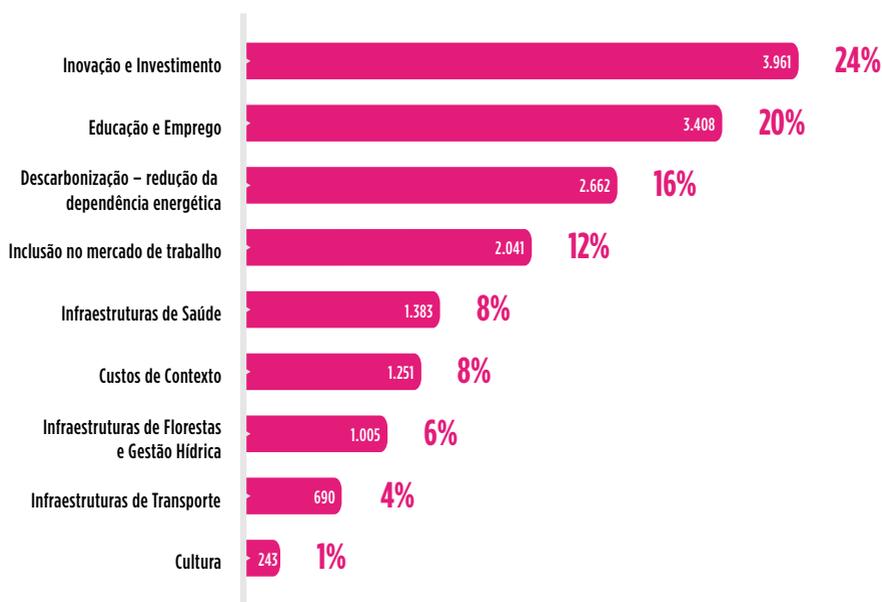
milhões de euros



As áreas temáticas mais impactadas pela resposta do PRR à pandemia são a Inovação e Investimento (Capitalização Empresarial, Inovação, Mar, Bioeconomia e Empresas 4.0), a Educação e Emprego (Alojamento estudantil, Qualificações e Competências e Escola Digital) e a Redução da dependência energética (Descarbonização da Indústria, Eficiência Energética, Renováveis, Hidrogénio e Mobilidade Sustentável). Estas três áreas representam 60% dos apoios concedidos.

### Visão do PRR por áreas temáticas

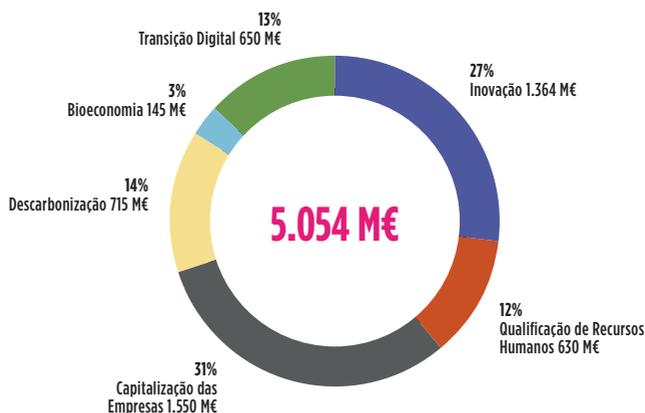
milhões de euros



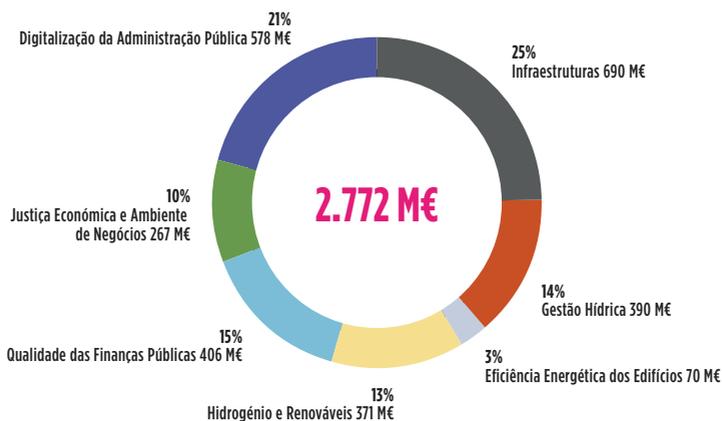
Dos cerca de 16 mil milhões de euros que constituem o PRR, mais de 10 mil milhões dizem respeito a investimento público distribuído pelos três grandes eixos do programa: a transição digital, a transição climática e a resiliência.

Na vertente de investimento privado, o PRR assume como principal missão apoiar o tecido empresarial português na recuperação da crise pandémica e na transição para uma atividade mais digital e amiga do ambiente. Neste âmbito, foram definidas medidas que preveem quer apoios diretos, quer apoios indiretos, através de investimentos que dinamizem a atividade do setor privado em Portugal.

### Apoio direto às empresas



### Apoios indiretos às empresas



A proposta do “PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” foi submetida à Comissão Europeia no dia 22 de abril de 2021 e espera-se que ainda durante o segundo semestre de 2021 sejam disponibilizados os primeiros avisos para concurso.

A abertura destes avisos permitirá a aprovação de projetos de investimento de cada uma das componentes, abrindo assim as oportunidades para a contratação pública e adjudicação da execução às empresas e ao setor privado.

### Oportunidades no setor público



Aprovação do PRR



Abertura de avisos



Aprovação de projetos

### Oportunidades no ecossistema



Anúncios de contratação pública



Contrato público

# SETOR EM ANÁLISE

## Indústrias Transformadoras

---

O **setor da Indústria Transformadora tem um papel transversal em todo o PRR** e a sua atuação está presente em múltiplas medidas dos mais variados setores de atividade.

Estas medidas de apoio estão presentes em diversos setores industriais associados à Indústria Transformadora e Extrativa, nomeadamente: Alimentar, Bebidas, Tabaco, Têxteis, Vestuário, Couro, Calçado, Base Florestal (Madeira, Cortiça, Pasta e Papel), Petroquímica, Química, Farmacêutica, Borracha, Plástico, Aço, Materiais Elétricos e Eletrónicos, Automóvel, Construção Naval, Mobiliário, Materiais de Construção, Culturais e Criativas.

O setor da Indústria Transformadora caracteriza-se pela acentuada concentração geográfica, de forma consistente, dinâmica e inovadora, que presta serviços de elevado valor acrescentado e com elevados níveis de competência especializada, de forma a dar resposta aos padrões internacionais.



### **Perfil do setor (dados a 2018):**

- 68.214 empresas;
- 735.109 empregos;
- 95.185 mil milhões de euros;
- 54.535 mil milhões de euros de exportações.

Fonte: IAPMEI e DGAE

### **O setor no PRR**

Da análise ao Plano de Recuperação e Resiliência (documento submetido a consulta pública) foi possível identificar quais as medidas com maior impacto potencial na atividade das empresas que atuam no âmbito das Indústrias Transformadoras, quer na qualidade de beneficiárias diretas, quer enquanto fornecedoras de competências e conhecimento para outros setores de atividade, nomeadamente o setor público.

**Consulte as medidas no final desta edição da Millennium Snapshots Setoriais PRR.**

# SOLUÇÕES MILLENNIUM BCP

## Venha conhecer as nossas soluções comerciais

---

Se antecipa poder vir a beneficiar das medidas contempladas no Plano de Recuperação e Resiliência, seja por via da candidatura a apoios diretos, seja pela oportunidade de fornecimento das necessidades públicas de investimento, **venha ao Banco do Plano de Recuperação e Resiliência.**



Conte connosco para o apoiar na candidatura, com as soluções de que necessita e o aconselhamento especializado:



Equipa dedicada



Clube de parceiros de consultoria



Análise financeira preliminar



Adiantamento de incentivos



Soluções de Factoring para antecipar as suas receitas



Financiamento da atividade e do investimento



Apoio às exigências legais (emissão de garantias bancárias)

**Para o financiamento da Economia, o Millennium bcp é o Banco que está ao lado das empresas.** Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.

**É tempo de pôr a economia a andar. Vamos lá!**

# Medidas: Indústrias Transformadoras

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
<b>RESILIÊNCIA</b>		
CI. Serviço Nacional de Saúde	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	Construir 4 unidades de internamento em hospitais gerais, eliminando os internamentos de agudos em Hospitais Psiquiátricos
		<p>Construir uma nova unidade forense (Sobral Cid) e remodelar outras duas (CHPL e HML)</p> <p>Qualificar os internamentos de psiquiatria forense e construir 3 unidades forenses de transição para a comunidade (inimputáveis em liberdade para prova)</p> <p>Requalificar as instalações dos SLSM já existentes, intervindo em 20 entidades</p>
Cuidados de Saúde Primários com mais respostas		Melhorar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados prestados, completando a cobertura nacional dos programas de rastreio de base populacional, reforçando a capacidade de diagnóstico precoce assegurando a continuidade dos cuidados ao longo da vida dos cidadãos
		Alargar o número de unidades móveis para cobertura das regiões de baixa densidade
		Alargar o rastreio da retinopatia diabética a todos os centros de saúde
		Alargar os rastreios oncológicos a todos os centros de saúde, nomeadamente do cólon retal e do colo do útero
		Concluir o sistema de informação integrado que permita a referênciação dos utentes entre níveis de cuidados (SIGA SNS)
		Construir novas unidades/polos de saúde, para substituir edifícios desadequados
		Criar centros de diagnóstico integrado (MCDT de baixa complexidade, pelo menos RX e Análises Clínicas) nos ACES
		Criar respostas de reabilitação nos centros de saúde (espaços físicos adequados e equipas de reabilitação, multiprofissionais e interdisciplinares)
		Dotar as unidades de saúde familiares e unidades de cuidados de saúde personalizados com exames Holter e Monitorização Ambulatória da Pressão Arterial (MAPA)
		Dotar os centros de saúde com condições técnicas para realização de teleconsultas e telemonitorização de doenças crónicas, por exemplo, insuficiência cardíaca, DPOC e outras
		Dotar todos os ACES com espirómetros para diagnóstico precoce e acompanhamento do tratamento da Asma, Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC) e Tabagismo

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
CI. Serviço Nacional de Saúde	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	<p>Dotar todos os centros de saúde com equipamentos (saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais) para resposta qualificada em emergência (suporte básico de vida)</p> <hr/> <p>Instalar gabinetes de medicina dentária nos centros de saúde</p> <hr/> <p>Modernizar equipamentos</p> <hr/> <p>Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde</p> <hr/> <p>Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade e a permanência dos utentes em condições de segurança sanitária e conforto</p>
	Digitalização na área da Saúde na Madeira	<p>Criar/implementar tecnologias digitais de apoio à monitorização de doentes (e.g. desenvolvimento de solução com vista ao registo da Consulta Multidisciplinar de Decisão Terapêutica, plataforma de apoio ao registo dos resultados da I&amp;D na área da Cardiologia e prescrição e controlo eletrónico de medicação em hemato-oncologia)</p> <hr/> <p>Incrementar a digitalização da saúde e a interoperabilidade de sistema de informação</p> <hr/> <p>Intensificar a tele saúde, com definição da rede de suporte</p> <hr/> <p>Melhorar o acesso do cidadão à informação e aos serviços de saúde, através de meios digitais</p> <hr/> <p>Reforçar as tecnologias de comunicação e informação e inteligência artificial para a vigilância epidemiológica</p>
	Equipamento dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	Aquisição de equipamentos para o Hospital de Lisboa Oriental e para os hospitais de proximidade de Seixal de Sintra
	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores	A Região Autónoma dos Açores pretende investir na digitalização do setor da saúde com vista a permitir disponibilizar um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, assim como a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados aos profissionais de saúde, com o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde das ilhas mais isoladas e sem hospital, e potenciando informação não só para a cura como para a prevenção
	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	<p>Alargar até 1.000 lugares, das respostas de cuidados continuados integrados de saúde mental, em 50 residências e unidades sócio-ocupacionais (apoio à construção de novas respostas ou alargamento de respostas já existentes)</p> <hr/> <p>Alargar até 100 lugares, em 10 equipas comunitárias de cuidados paliativos (apoio à aquisição dos recursos materiais necessários e de viaturas elétricas para a atividade das equipas)</p> <hr/> <p>Alargar até 100 lugares, em 10 equipas de apoio domiciliário de saúde mental (apoio à aquisição dos recursos materiais necessários e de viaturas elétricas para a atividade das equipas)</p> <hr/> <p>Aumentar em 5.500 camas as respostas de internamento da RNCCI, concretizando a construção de 275 novos módulos de 20 camas (em unidades existentes ou a construir, sendo a construção da responsabilidade do proprietário/promotor)</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C1. Serviço Nacional de Saúde	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	Construir ou alargar 20 unidades de internamento de cuidados paliativos, para dar resposta a 400 doentes (apoios para captar novos promotores)
		Criar 20 unidades de promoção de autonomia, para resposta a 500 doentes que podem permanecer no domicílio, mas ter a continuidade de cuidados necessária à sua reabilitação
		Criar 50 equipas domiciliárias de cuidados continuados integrados, de modo a ser possível dar resposta a 1.000 doentes no domicílio (apoio para recursos materiais e viaturas elétricas, sendo os recursos humanos da responsabilidade do SNS ou dos promotores candidatos)
C2. Habitação	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	O objetivo é disponibilizar, até 2026, 15.000 camas em alojamento estudantil/unidade residencial
C3. Respostas Sociais	Acessibilidades 360º	O investimento cobre intervenções na melhoria das acessibilidades nos espaços públicos de circulação e mobilidade (200.000 m² intervencionados), nos edifícios públicos que tenham atendimento ao público (1.500 edifícios) e em 1.000 habitações (especificamente relacionadas com a condição de deficiência em concreto)
		Fortalecimento das respostas Sociais na RAM
	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	Alargar e requalificar a rede de estabelecimentos residenciais e não residenciais para pessoas idosas num total de 1.130 camas – construir/reabilitar infraestruturas e equipamentos para novas respostas sociais; reforçar as estruturas/respostas já existentes e contratualizar acordos de parceria com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); promover respostas sociais que funcionem em equipamento de acolhimento e horário noturno, dirigidas a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia, permaneçam no seu domicílio e que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite, em alternativa à institucionalização
		Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades. Do diagnóstico efetuado, os maiores défices localizam-se nas NUTS II do Norte, da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve
		Requalificar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes e o licenciamento de respostas em situação irregular, compreendendo intervenções ao nível do edificado e respetivos equipamentos que visem a criação, a qualificação e o apetrechamento dos espaços de isolamento sanitário para situações de contingência, a dotação com soluções de wi-fi e material informático e capacitação digital de modo a facilitar a comunicação e a melhoria da eficiência energética dos edifícios
	Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	A requalificação física do espaço público ou o reforço das infraestruturas sociais, de saúde ou de habitação; estas iniciativas podem ser desenvolvidas no âmbito da própria medida ou no âmbito de uma medida do PRR de aplicação transversal

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C5. Capitalização e Inovação Empresarial	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30)	Nesse contexto, pretende-se dinamizar 100 programas e projetos de investigação e inovação e cinco projetos estruturantes centrados nas 15 iniciativas emblemáticas preconizadas por esta Agenda, concretizando a estratégia aprovada em Resolução de Conselho de Ministros (n.º 86/2020, de 13 de outubro). Estes programas e projetos serão complementados com uma aposta na modernização da Rede de Inovação, através da renovação/requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações centro experimentais, coleções de variedades regionais e efetivos de raças autóctones (Polos da Rede de Inovação)
	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	Automóvel, Aeronáutica e Espaço Habitat Indústrias e tecnologias de produção Matérias-primas e Materiais Tecnologias de Informação e Comunicação Transportes, Mobilidade e Logística
	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	Agroalimentar
C6. Qualificações e Competências	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	Ajustar e requalificar os espaços físicos das escolas e centros de formação profissional da rede do IIEFP às exigências dos diferentes cursos
		Criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IIEFP, de base prototípica, em setores estratégicos e emergentes e de gestão direta, para reforçar a cobertura e diminuir desequilíbrios e lacunas territoriais
		Dotar as oficinas das escolas e dos centros de formação profissional da rede do IIEFP de equipamentos essenciais à prática educativa e formativa, nomeadamente os de grande intensidade tecnológica, incluindo os de suporte à formação à distância, no contexto dos centros de formação profissional
C7. Infraestruturas	Alargamento da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos	Este investimento, não suportado financeiramente no PRR, visa o alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos, incluindo a supressão das falhas de mercado nos territórios de baixa densidade. Até 2025, alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos de 15.000 pontos, com um aumento de cerca de 2.300 pontos por ano, compatível com a dinâmica de mercado atual, estando o governo disposto a suprir as falhas de cobertura de mercado nos territórios de baixa densidade, se estas se vierem a verificar
	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	Medidas ativas de prevenção e proteção contra incêndios Mobilidade sustentável (e.g. mobilidade elétrica/pontos de carregamento elétrico e áreas piloto de soluções de produção e carregamento a hidrogénio)
C8. Florestas	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	Operacionalizar o BUPI, enquanto plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas e destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, de aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e de harmonização da informação tributária

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C8. Florestas	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo	Operacionalizar o Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS) com o objetivo de obter produtos cartográficos de referência, no sentido de inovar nos processos de angariação e exploração de dados e de informação e de alimentar um sistema dinâmico que permita o conhecimento atempado das dinâmicas de aproveitamento do solo e das práticas agrícolas e silvícolas relevantes para a gestão integrada dos incêndios rurais e para a política de transformação da paisagem nos territórios vulneráveis de floresta
	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais	Aquisição de helicópteros ligeiros e médios
	Programa MAIS Floresta	Aquisição de veículos, máquinas, alfaías e equipamentos  Aquisição e instalação de dois radares de dupla polarização, com sistema de computação e sistema de arquivos, instalação de detetores de trovoadas e estação meteorológica automática  No âmbito do Programa MAIS Floresta pretende-se investir na realização de ações de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população, de programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas (alargamento dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”) e, simultaneamente, aumentar a capacidade da resposta operacional com a aquisição de veículos de combate a incêndios, de equipamentos de proteção individual e restante equipamento operacional de combate a incêndios rurais, e o reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais
C9. Gestão Hídrica	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	Central solar fotovoltaica (placas solares, inversores, flutuantes, cablagem de baixa e média tensão): instalação de painéis fotovoltaicos no espelho de água da albufeira
	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	Contribuir para a transição digital  Infraestruturação de áreas agrícolas existentes: Inclui estações elevatórias de rega, condutas, reservatórios de regulação e redes de distribuição, redes de rega e beneficiação de acessos agrícolas, prevendo-se a beneficiação de 5.078 ha de novos blocos de rega (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Sousel). O projeto prevê que o perímetro de rega seja dividido em lotes com área não superior a 100 ha como forma de incentivar a atração e fixação de pessoas nesta zona de grave regressão demográfica  Mini-hídrica: Para aproveitamento energético dos caudais a libertar para rega no vale a jusante, beneficiando da queda proporcionada pela altura da barragem; terá uma potência instalada de 1,0 MW  Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros  Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola, recorrendo à modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos, com incidência nas áreas existentes, com adoção de sistemas de distribuição mais eficientes, a implementação de sistemas de teledeteção, controlo e monitorização dos consumos. Contempla, também, a melhoria da eficiência dos regadios individuais, através da instalação de sistemas de rega mais eficientes com monitorização e rastreamento dos consumos

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C9. Gestão Hídrica	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	<p>Reduzir perdas de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes, nomeadamente, incidindo nos sistemas em baixa (com maior potencial de redução de perdas reais, isto é, que ainda não atingiram as metas nacionais) e na implementação de zonas de monitorização e controlo nos sistemas</p> <p>Reforçar a governança dos recursos hídricos (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização), apostando no reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria nos principais consumidores, complementada por uma avaliação da utilização de água na rega através de deteção remota, que permitirá acompanhar regularmente as áreas regadas e estimar os volumes captados, fornecendo informação indispensável à decisão/gestão dos títulos de captação (novos ou existentes) e à sua fiscalização. Aposta, também, na implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade. Ao nível da governança, integra as estruturas de acompanhamento identificadas no ponto seguinte designado Implementação</p>

### TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

C10. Mar	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval	<p>A dimensão Atlântica de Portugal, fundada no triângulo Continente, Açores e Madeira é fortemente ampliada para o Atlântico Sul pela dimensão da cooperação com a CPLP. Este posicionamento geopolítico pode dar escala às iniciativas que possam promover a economia do Mar. A proteção dos recursos e do território impõe-se na agenda, garantindo que as cadeias de valor não são corrompidas: pela poluição (destacando-se atualmente o plástico); pelos acidentes (provocados pelo homem ou natureza); ou por atos ilegais ou irregulares (destacando-se a pesca ilegal). De igual forma as alterações climáticas vão incrementar o número e a severidade de acontecimentos atmosféricos, criando dificuldade no apoio e mitigação do impacto destes eventos, por exemplos nas Ilhas dos Açores e da Madeira. Esta “força estratégica”, a valorização dos recursos ecossistémicos, vai ter um impacto direto na indústria da Construção Naval e indústrias fornecedoras da Construção Naval, como as metalomecânicas, ou eletromecânicas e as indústrias emergentes da tecnologia e de elevado valor acrescentado (por exemplo Robótica, Automação, IT, entre outras). A outra indústria estruturante que beneficiará diretamente será a I&amp;D&amp;I, pois as novas plataformas, para atuarem no Mar Português tendo em conta a sua dimensão e profundidade (a multiplicar pelo tempo – temos de estar <i>in situ</i>), têm de ser em primeiro lugar multi-funcionais (e multimissão também), mais autónomas e a custos mais reduzidos, num novo mundo robotizado, eletrónico e digitalizado. Portugal propõe-se contribuir para estas duas agendas através da implementação de capacidades que lhe permita por um lado proteger o Oceano e, por outro, apoiar o Crescimento da Economia Azul de forma sustentável. O Centro de Operações de Defesa do Atlântico e a Plataforma Naval contribuirão para a preservação do valor dos serviços ecossistémicos e para a “Saúde dos Oceanos”, fazendo a defesa do meio e do território, mantendo a preservação das cadeias de valor das diversas indústrias oceânicas e reforçando a capacidade operacional e científica do país. Pretende-se ainda reforçar as qualificações intermédias e superiores especializadas do setor naval, através da Academia do Arsenal, a qual integrará um Centro de Inovação e Experimentação</p>
----------	---	---

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C10. Mar	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	<p>A Região Autónoma dos Açores considerou estratégico ao nível da Inovação reforçar o <i>Cluster</i> do Mar, através do investimento em infraestruturas físicas fixas e móveis (Tecnopolo MARTEC), no âmbito da investigação das ciências do mar e sua articulação com o setor económico. As infraestruturas físicas disponíveis estão sobretudo sediadas na ilha do Faial, em instalações impróprias, sem capacidade física ou tecnológica adequada para a investigação em áreas emergentes ou em certos domínios das áreas tradicionais, bem como para uma adequada cooperação com o setor empresarial. Foi identificado como investimento fundamental a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar, partilhável com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e as empresas, indutor de I&amp;D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas</p>
	<p><i>Hub</i> Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul</p>	<p>No <i>Hub</i> para a Economia Azul pretende integrar-se um conjunto de investimentos em polos nacionais de infraestruturas (novas e existentes) costeiras com acesso à água, laboratórios e zonas de teste, locais para prototipagem, <i>scale-up</i> pré e industrial e espaço de incubação e alavancagem de empresas criando uma plataforma física e virtual em rede para dinamizar a bioeconomia azul e outras áreas emergentes da economia do mar descarbonizante em Portugal e na Europa. No novo <i>Hub</i> Azul estarão incluídas não só as infraestruturas em terra e mar mencionadas, mas também uma estreita ligação às universidades nacionais, principalmente às escolas com formação superior direcionada para o mar, e aos centros de formação profissional do Mar, no sentido de dinamizar um conceito inovador de <i>Blue Hub School</i>, onde se pretende fomentar a interligação entre a formação de recursos humanos altamente qualificados para as atividades do mar com as necessidades do mercado da economia do mar e as tendências para novos modelos económicos mais digitalizados e amigos do planeta. O <i>Hub</i> Azul incluirá as infraestruturas em terra em zonas portuárias ou de logística e armazenamento ligadas ao mar, infraestrutura no mar com o acesso a novos equipamentos de monitorização marinha e seus dados, e disponibilizará acesso a horas de navios de investigação oceanográfica para bioprospeção, mapeamento e conhecimento científico, assim como para alavancar a experimentação de soluções inovadoras em contexto real, no mar. Existirão zonas reservadas às empresas, ao seu desenvolvimento tecnológico e à respetiva propriedade intelectual específica, mas também zonas de interação entre empresas, entre empresas e centros de ciência e conhecimento, entre empresas, universidades e polos formativos, e ainda entre estes e o mar, para facilitar e incentivar a fertilização cruzada e a transferência de conhecimento, potenciando também a inovação aberta e conjunta. Existirão também zonas de trabalho coletivo e partilhado que permitam dar escala a pequenas <i>startups</i> e PME que sozinhas não poderão alcançar tais investimentos, maximizando assim o impacto do investimento público, permitindo múltiplas utilizações de cada infraestrutura. Para além de novas PME e <i>startups</i>, este <i>hub</i> deverá integrar grandes empresas como faróis de fomento ao desenvolvimento procurando no ecossistema empresarial as soluções necessárias para os seus negócios, atuando como clientes e dinamizando novas cadeias de valor. Estas empresas âncora deverão desenvolver a sua atividade em vários setores, desde a biotecnologia, a indústria alimentar, ou as energias renováveis e engenharias robóticas, mas também os têxteis ou o <i>design</i> de produtos (incluindo inovação para artes de pesca), ou ainda a cosmética e a farmacêutica, pois é para estes setores que o <i>Hub</i> irá ser fornecedor de tecnologia e soluções inovadoras. Este formato híbrido entre PME e <i>startups</i>, grandes empresas, centros de interface e universidades será um dinamizador para atrair novas empresas e investimento direto estrangeiro e contribuirá para aumentar a projeção internacional da economia do mar portuguesa</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C10. Mar	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	<p>Pretende-se ainda implementar uma rede de bio Bancos de recursos marinhos nacionais, com uma infraestrutura dedicada e digitalizada de mapeamento e acesso, permitindo o controle dos seus usos e a sua distribuição para exploração comercial e científica e potenciando a aplicação do protocolo de Nagoia e das leis de acesso e partilha de benefícios internacionais. Este bio Banco nacional com gestão integrada potenciará o papel de Portugal no conhecimento da biodiversidade do planeta e permitirá também a sua exploração em muitos consórcios científicos internacionais, contribuindo para a internacionalização adicional da atividade do Hub.</p> <p>Será ainda assegurado um conjunto de serviços transversais, desde a gestão executiva da rede do Hub à prestação de serviços diversos basilares ao sucesso do desenvolvimento empresarial como, por exemplo, propriedade intelectual e serviços jurídicos, gestão financeira e contabilística, marketing e comunicação e sustentabilidade e gestão ambiental</p>
C11. Descarbonização da Indústria	Descarbonização da Indústria	<p>Adoção de medidas de eficiência energética na indústria, que permitam simultaneamente reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação</p> <p>Incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia. Neste contexto, é igualmente relevante a promoção da incorporação de hidrogénio e de gases renováveis na indústria, designadamente naquelas em que as opções tecnológicas para descarbonização, nomeadamente através da eletrificação, são mais limitadas</p> <p>O apoio à capacitação das empresas e a elaboração de instrumentos de informação e de apoio, tal como os roteiros setoriais para a neutralidade carbónica na indústria, que permitam identificar as soluções tecnológicas eficazes, específicas para a indústria nacional e eficientes em termos de custos, incorporando maior inovação e promovendo a sua disseminação, apoiando as medidas elencadas</p> <p>Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, através da introdução de novos processos produtos e modelos de negócio ou a alteração de processos visando a sua descarbonização, incluindo novas tecnologias de baixo carbono; a incorporação de novas matérias-primas, de combustíveis derivados de resíduos e de biomassa; do recurso a simbioses industriais e medidas de economia circular, incorporando inovação; a substituição e/ou adaptação de equipamentos e processos para novas tecnologias sustentáveis e fontes de energia renovável; destacam-se ainda medidas que visam a adoção de gases fluorados de reduzido potencial de aquecimento global. É ainda relevante criar aumento da eletrificação dos consumos finais de energia, designadamente através da eletrificação dos consumos finais de energia na indústria e do reforço do acesso e da qualidade de serviço, principalmente em zonas industriais</p>
C12. Bioeconomia Sustentável	Bioeconomia	<p>Biomateriais e componentes sustentáveis: promover a utilização e a reciclagem de subprodutos e biorresíduos agroalimentares ou industriais, potenciando a bioeconomia circular neutra em carbono e as simbioses industriais e regionais</p> <p>Calçado do futuro: promover o desenvolvimento de novos conceitos de bio e eco produtos diferenciados e de maior valor acrescentado</p> <p>Capacitação e promoção: dirigido à sociedade com o objetivo de dotar os profissionais do setor com competências tecnológicas para desenvolvimento ou produção de biomateriais e calçado do futuro, tecnologias i4.0 ou serviços e promover no cluster inovações, baseadas em conhecimento, alavancando a sua promoção junto do consumidor quer no contexto nacional, quer no contexto internacional</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C12. Bioeconomia Sustentável	Bioeconomia	Da natureza: desenvolvimento de novos processos produtivos de artigos têxteis funcionais, inovadores, a partir de matérias-primas de base biológica, incorporando biomassa florestal (celulose e lenhina) e fibras naturais alternativas provenientes do setor agroalimentar (fibras provenientes das folhas do ananás e da banana, do cânhamo, da cana do arroz, entre outros)
		De forma circular: melhoria da circularidade do setor, promovendo modelos de negócio inovadores baseados em reprocessamento de matérias-primas biológicas, recicladas e reutilizadas. As atividades a desenvolver pretendem ir ao encontro de uma melhor gestão de resíduos contribuindo para que Portugal atinja as metas neste âmbito
		De forma sustentável: dedicado à aposta no conhecimento dos processos e sistemas de produção que permitam que cada artigo possa ser reutilizado e reciclado várias vezes
		Diferenciação positiva da resina natural e produtos derivados: dirigido à comunicação e ao marketing para diferenciação positiva da resina natural junto do consumidor final através da criação de um “selo” ibérico e da divulgação técnica sobre toda a cadeia de valor e de um plano de comunicação e marketing junto do consumidor final
		Fomento da produção de resina natural nacional: para suportar uma verdadeira valorização do setor da resina natural, serão desenvolvidas iniciativas para aumentar a produção da resina em Portugal, para garantir níveis de autoabastecimento à indústria e também para catalisar a gestão florestal sustentável, reduzir o risco de incêndio e contribuir para o desenvolvimento do mundo rural
		Gestão de resíduos e economia circular: visa promover modelos de gestão de subprodutos e dos resíduos de produção e de calçado no fim de vida, a desclassificação de resíduos, e o desenvolvimento e produção de novos materiais e produtos que permitam a valorização dos subprodutos e resíduos e a transição do <i>cluster</i> do calçado e moda para a economia circular
		Para as pessoas: dirigido à sociedade com o objetivo de promover a sensibilização para a produção e consumo responsável ao longo de toda a cadeia de valor envolvendo os vários <i>stakeholders</i> , bem como o consumidor final
C15. Mobilidade Sustentável	Descarbonização dos Transportes Públicos	Reforço da sustentabilidade da indústria transformadora: dedicado ao investimento industrial e à cadeia de valor, assenta as suas ações na valorização comercial e tecnológica da resina natural produzida como um recurso social, económico e ambientalmente sustentável, incentivando cadeias de valor de transformação em bioprodutos de alto valor acrescentado
		Tecnologias avançadas de produção: dotar o <i>cluster</i> de tecnologias inovadoras e sustentáveis, no âmbito da digitalização i4.0
		O investimento previsto para a aquisição de veículos limpos (145 autocarros), promotor da renovação das frotas, terá um impacto relevante na promoção da utilização do transporte público, assim como na descarbonização e apoio à transição energética, através da redução da emissão de GEE e do aumento da incorporação de energias renováveis no setor dos transportes
Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara		Construção da estação Alcântara, em viaduto sobre a Avenida de Ceuta
		Construção da estação Amoreiras, na zona do cruzamento das Avenidas Conselheiro Fernando de Sousa e Engenheiro Duarte Pacheco
		Construção da estação Campo de Ourique, situada na Rua Tomás da Anunciação

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C15. Mobilidade Sustentável	Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara	<p>Construção da estação Infante Santo, situada no arruamento com o mesmo nome</p> <p>Extensão adicional da rede do Metro de Lisboa em 3,7 km: 3,3 km em túnel + 0,4 km em viaduto</p>
	Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio	<p>2.240 m à superfície, dos quais: 600 m em viaduto (alargamento do viaduto existente na VL8, viaduto após a Rotunda e viadutos de ligação à nova ponte sobre o Rio Douro); 600 m ponte sobre o Rio Douro; 1.040 m em plataforma de superfície</p> <p>4.500 m em túnel: 2.770 m em túnel mineiro; 1.730 m de túnel a executar pelo método <i>Cut &amp; cover</i></p> <p>Estação Arrábida (subterrânea de baixa profundidade – <i>Cut &amp; cover</i>)</p> <p>Estação Boavista/Casa da Música (subterrânea – <i>Cut &amp; cover</i>: estrutura a construir/construída na empreitada da linha circular)</p> <p>Estação Campo Alegre (subterrânea – <i>Cut &amp; cover</i>)</p> <p>Estação Candal (superfície)</p> <p>Estação Devesas (subterrânea de baixa profundidade – <i>Cut &amp; cover</i>)</p> <p>Estação Santo Ovídio (subterrânea de baixa profundidade – <i>Cut &amp; cover</i>)</p> <p>Estação Soares dos Reis (subterrânea)</p> <p>Estação VL8/Rotunda (superfície – eventualmente desnivelada)</p>
	Linha BRT Boavista – Império	<p>O investimento proposto, da responsabilidade da Metro do Porto, SA, consiste numa nova linha de Transporte Público em Sítio Próprio, com aproximadamente 3,8 km de extensão, estabelecendo a ligação entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), onde será garantida a articulação com a rede do Metro do Porto e será executada em via exclusiva com estações/paragens de 30 m de comprimento e cais laterais de 3 metros de largura. Servirá uma zona urbana consolidada da cidade, apresentando, como tal, um elevado potencial de procura, com ganhos significativos de aumento de passageiros para o sistema de transportes coletivos do Porto. Serão utilizados veículos limpos, com motorização elétrica de bateria ou hidrogénio</p>

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures		A periferia a noroeste de Lisboa concentra uma franja relevante de população que trabalha ou estuda na capital, originando deslocações pendulares, com grande expressão em transporte individual, face à ausência de alternativas. Importa, assim, construir uma oferta de transporte público coletivo mais eficiente, atrativa e ambientalmente sustentável, promovendo a redução da dependência do transporte individual e contribuindo para a redução das emissões de GEE. A solução preconizada para este investimento, justificado pelo perfil de procura, <i>Light Rail Transit</i> (LRT), traduz-se num sistema de transporte que utiliza um material circulante mais ligeiro do que a ferrovia, operando numa plataforma segregada do resto do tráfego, com vias reservadas. Estas características permitem o reforço da oferta de transporte num menor prazo de tempo, pela sua maior rapidez de execução e menores valores de investimento e custos de operação. A linha, cuja execução será da responsabilidade do Metropolitano de Lisboa, EPE, permitirá a ligação entre Loures e a rede do Metropolitano de Lisboa em Odivelas, numa extensão de 12 km, colmatando assim a ausência de um modo de transporte de elevada capacidade neste corredor de procura suburbana. Através dos impactos ao nível da qualidade de serviço prestado, este investimento induzirá a captação de passageiros ao transporte individual, contribuindo, também, para a descarbonização e transição energética e climática do setor dos transportes

#### TRANSIÇÃO DIGITAL

C16. Empresas 4.0	Capacitação Digital das Empresas	<p>Academia Portugal Digital – plataforma e programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala que deverá permitir aos trabalhadores do setor empresarial: i) produzir uma autoavaliação do atual nível de competências digitais, considerando o quadro português de competências digitais (ODRCD) baseado na DigComp; ii) receber um plano personalizado de capacitação em competências digitais com metas concretas, considerando níveis individuais em cada domínio, objetivos pessoais e exigências específicas do mercado de trabalho (atuais e futuras) podendo este ser articulável com as necessidades de aquisição de competências de modo mais englobante, para favorecer trajetos de conclusão de níveis de qualificação; iii) aceder a recursos de formação <i>online</i> que permitam adquirir novas competências e atingir os objetivos pré indicados; e, iv) desenvolver um passaporte pessoal que discrimine, centralize e certifique a informação das competências digitais do trabalhador (em articulação sempre que justificável com outras sistemas já existentes, nomeadamente o passaporte Qualifica)</p> <p>Emprego + Digital 2025 - programa de capacitação em tecnologias digitais que visa responder aos desafios e oportunidades de diversos setores empresariais, nomeadamente indústria, comércio, serviços, turismo e agricultura, economia do mar e construção, setores fortemente impactados pelos processos de transformação digital e pela pandemia da Covid-19. Este programa é uma vertente de especialização da “Academia Portugal Digital” operacionalizando a capacitação em formato de ensino presencial e misto. É dirigido a trabalhadores de empresas independentemente do nível de competências digitais que possuam, devendo contribuir para a melhoria das mesmas em alinhamento com as necessidades específicas do setor empresarial e da área de negócio onde se inserem atualmente. A semelhança do programa Emprego + Digital lançado em 2020, esta iniciativa será desenvolvida em estreita articulação com as confederações e associações empresariais</p>
-------------------	----------------------------------	--

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C16. Empresas 4.0	Catalisação da Transição Digital das Empresas	<p>Desmaterialização da Faturação – iniciativa que visa automatizar o processo de aposição de assinatura eletrónica qualificada para a emissão de faturas através do Serviço de Assinatura de Faturas Eletrónicas (SAFE) da AMA, bem como massificar a utilização de faturação eletrónica nas transações B2B e B2C, disponibilizando uma solução com recurso à Morada Única Digital que possibilitará o envio das faturas, por email, para o contribuinte (cidadão ou empresa)</p>
		<p><i>Digital Innovation Hubs</i> – os DIH são estruturas que visam a centralização de um conjunto de serviços de apoio à transição digital das empresas, em condições mais acessíveis, focando este processo em 3 tecnologias disruptivas: IA, HPC e Cibersegurança. O presente programa tem por objetivo ampliar uma rede nacional de DIH, reforçando o investimento previsto complementando aquela que já se encontra em desenvolvimento no âmbito do Digital Europe Programme (DEP) por forma a atingir um total de com 126 <i>hubs</i>, adicionais, permitindo assim cobrir um número mais abrangente de <i>clusters</i> e de regiões e abrangidos pelo programa e estimulando fortemente a colaboração e a inovação de base tecnológica</p>
		<p>Selos de Certificações de Cibersegurança, Privacidade, Usabilidade e Sustentabilidade – investimento em quatro novas plataformas de certificação em cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade, bem como campanha de divulgação e capacitação de organismos de avaliação de conformidade ou laboratórios de avaliação técnica e a conceção de selos</p>
	Transição Digital das Empresas	<p>Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital (Coaching 4.0) – Enquadrada no programa nacional para a Indústria 4.0, esta iniciativa visa fomentar a integração de tecnologia nas empresas, apoiando o desenvolvimento de processos e competências organizacionais que fomentem a transformação digital do modelo de negócio das organizações</p>
		<p>Comércio Digital – Programa para a digitalização de PME, com foco em micro-PME da área do comércio, com vista a ativar os seus canais de comércio digitais, incorporar tecnologia nos modelos de negócio, bem como desmaterializar os processos com clientes, e fornecedores e logística por via da utilização das tecnologias de informação e comunicação e apoiar a internacionalização. Integra 3 projetos – “Aceleradoras de Comércio Digital”, “Bairros Comerciais Digitais” e “Internacionalização via E-commerce”</p>
		<p>Empreendedorismo – Investimentos que materializam o reforço na aposta estratégica de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, que passa por apoiar diretamente <i>startups</i>, por norma em fase de “<i>seeding</i>”, visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços com forte componente digital e verde, pela consolidação da estrutura existente de apoio ao empreendedorismo (<i>Startup Portugal</i>) e também pelo apoio ao desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras. Integra 3 projetos: “<i>Voucher para Startups – Novos Produtos Verdes e Digitais</i>”, “Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo” e “Vale para Incubadoras/Aceleradoras”</p>
		<p>Rede Nacional de <i>Test Beds</i> – Criação de uma rede nacional de <i>test beds</i> através de infraestruturas que visam criar as condições necessárias às empresas para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços, e para acelerar o processo de transição digital, seja via um espaço físico ou de simulador virtual</p>
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	<p>A aquisição serviços informáticos para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação Gestão de Património Imobiliário Público</p> <p>A digitalização da informação de suporte às matrizes prediais</p> <p>O desenvolvimento de mecanismos de consulta e visualização das matrizes prediais</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas	
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	O desenvolvimento de serviços de pré-preenchimento declarativo (IMI e IStg)	
		O desenvolvimento de sistema de liquidação da propriedade rústica	
		O desenvolvimento de solução de gestão da informação georreferenciada	
		O desenvolvimento sistema de informação de suporte à avaliação cadastral simplificada da propriedade rústica	
		O enriquecimento da área de <i>staging</i> com uma camada de serviços que obtenha junto da Autoridade Tributária a criação de um vocabulário comum e mapa dos metadados existentes com um mecanismo de classificação de qualidade de dados	
		O reforço da infraestrutura de preservação da informação predial digitalizada	
		Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	Consolidação dos dados existentes nos sistemas de Inventariação dos Imóveis do Estado SIE (SGI; Folhas de Excel, Georreferenciação GeoRef) da DGTf numa mesma área de <i>staging</i>
			Definição e implementação do processo de consolidação global e sua integração na produção dos indicadores e contas da República
			Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à gestão financeira em termos de infraestruturas tecnológicas
			Implementação do SOC de forma a permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos dados, implementação das políticas de segurança e soluções de cibersegurança (segurança de informação)
Migração de Dados dos Imóveis Públicos existentes na área de <i>staging</i> para o novo sistema SIGPIP			
Modernização dos sistemas de informação do Parque de Veículos do Estado			
Modernização e renovação dos sistemas de informação			
Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação			
Redesenho e implementação do processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas			
Solução de reconhecimento, de forma faseada, das operações gerais do Estado – Entidade Contabilística Estado			
Solução integrada de gestão central do Ministério das Finanças			
Solução processual integrada de gestão dos ciclos da receita e despesa			
Transição digital da Segurança Social	Desenvolvimento e implementação de um novo modelo de relacionamento (Visão 360°) que agilize e integre numa lógica omnicanal os variados canais de interação do cidadão e da empresa com a segurança social, com recurso a tecnologias emergentes, em articulação com o que está previsto no investimento anterior		
		Implementar soluções de infraestrutura e suporte aos sistemas da Segurança Social, baseados em soluções <i>Cloud</i> que garantam maior <i>performance</i> , disponibilidade do sistema e maior adequação e atualização tecnológica de todos os componentes da arquitetura	

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	Transição digital da Segurança Social	<p>Reengenharia de processos e qualificação dos profissionais para os adaptar às transformações preconizadas, em particular nos eixos 1 a 3</p> <p>Reformular e adaptar o posto de trabalho (Posto de trabalho 21), viabilizando o recurso a modos mais adaptativos de trabalho, como o teletrabalho, intervindo nos equipamentos e soluções de produtividade e comunicação</p> <p>Reorganização da conceção do sistema de Segurança Social e modernização do Sistema de Informação da Segurança Social, na área das prestações, contribuições, fiscalização, cooperação, gestão da informação e canais de pagamento, o que implica uma mudança em três dimensões, designadamente, legal, de reengenharia de processos e tecnológica</p>
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Justiça Económica e Ambiente de Negócios	<p>Cartão de Cidadão: Soluções alternativas de atendimento – Novo serviço que desmaterializa totalmente o processo de pedido e de entrega do CC</p> <p>Desenvolvimento da Fase 2 do Projeto Tribunal+: Balcão+ eletrónico (serviços <i>online/remotos</i>), Comarca+ para apoio aos órgãos de gestão das comarcas</p> <p>Desenvolvimento do sistema de informação “Empresa 2.0”, nova plataforma que inclui o ciclo de vida da empresa (criação, gestão e encerramento); e-Residency – ciclo de vida para empresas estrangeiras que pretendem criar a sua sede em Portugal</p> <p>Desenvolvimento do sistema de informação de monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção</p> <p>Desenvolvimento dos Sistemas de Informação de suporte à Resolução Alternativa de Litígios: Plataforma RAL+, para Julgados de Paz, Mediação e Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo</p> <p>Desenvolvimento e implementação do sistema de tramitação processual para as Secretarias Judiciais (incluindo os Balcões Nacionais do Arrendamento e de Injunções), impactando a atividade de cerca de 7.000 oficiais de justiça, com prioridade para as áreas processuais administrativa e fiscal, comércio/insolvências e ação executiva</p> <p>Desenvolvimento e modernização dos sistemas de informação na área da investigação criminal</p> <p>Disponibilização de novos serviços <i>online</i> e feita a reengenharia dos existentes na plataforma digital da Justiça e no Portal Único Digital Nacional, na perspetiva da simplificação e de aproximar a experiência do utilizador</p> <p>Plataforma de Indicadores e Estatísticas da Justiça – Extração e processamento de dados (<i>Big Data</i>) da atividade da Justiça para disponibilização de estatísticas, indicadores operacionais, <i>dashboards</i> interativos, com capacidades previsionais e simulação cenarizada, deteção ativa de viés, integrando-os em plataformas de dados abertos (ex. Dados.Gov), promovendo a interoperabilidade com iniciativas da sociedade civil e sector empresarial</p> <p>Plataforma de Serviços Comuns da Justiça – Inclui aplicações partilhadas transversalmente, como sistemas de bases de dados biométricas; sistema de gestão documental; sistemas de Informação de Gestão dos Serviços da Justiça; motor dinâmico para criação de <i>templates</i> para notificações e sistemas de monitorização da atividade (inc. Plataforma de Gestão e Acompanhamento do Teletrabalho e Organização Dinâmica de Equipas)</p> <p>Plataforma de suporte à criação e gestão de modelos de documentos transversal ao MJ com vista à harmonização e simplificação da linguagem das comunicações e serviços digitais para cidadãos e empresas</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios	Justiça Económica e Ambiente de Negócios	<p>Plataforma de suporte aos processos de Insolvência e Recuperação para empresas e cidadãos de serviços e informação “Insolvências, Falências e Recuperação” para empresas e cidadãos</p> <p>Plataforma integrada de Registos – Desenvolvimento e migração das aplicações de suporte aos registos civil, comercial, predial e de nacionalidade, implementando o paradigma “digital por definição” em toda a atividade dos Registos, abrangendo 434 conservatórias e 4.658 trabalhadores</p> <p>Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos – Redes de comunicações, sistemas hw/sw operativo, equipamentos de <i>datacenter</i>, <i>disaster/recover</i>, segurança); novo <i>service desk</i>; criação de <i>contact center</i> setorial para resposta a mais de 200.000 chamadas/mês; apetrechamento tecnológico e de videoconferência para tribunais, conservatórias e outros Serviços da Justiça; novo <i>service desk</i> transversal e criação de <i>contact center</i> multicanal da Justiça</p>
C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança	Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro	<p>AP Digital 4.0, assente em três eixos, em estreita articulação com as instituições de ensino superior: a) Formação em ferramentas de produtividade; b) Formação destinada a técnicos na carreira de informática e/ou que desempenhem funções conexas; c) Formação em tecnologias emergentes e gestão, destinada a dirigentes e trabalhadores da Administração Pública</p> <p>Formação superior e avançada em gestão e administração, ministrada pelo INA e/ou em consórcio com Instituições de Ensino Superior, destinada preferencialmente a dirigentes</p> <p>Infoexclusão Zero, destinado a trabalhadores públicos em situação de infoexclusão (com potencial complementaridade com o Programa Qualifica AP)</p> <p>Programa de estágios profissionais na Administração Pública – Consiste num espaço de desenvolvimento de competências de jovens com formação superior, permitindo um primeiro contacto com o mercado de trabalho, onde os estagiários e as entidades empregadoras beneficiam mutuamente de uma lógica de transmissão e renovação de conhecimento institucional e intergeracional</p> <p>Programa Qualifica AP – Plano de Ação 2021-2026 – Desenvolvimento de um Plano de Ação plurianual para a implementação dos objetivos do Programa Qualifica AP aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, de 31 de janeiro de 2019</p> <p>Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas</p> <p>Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos das Forças e Serviços de Segurança (FSS), na perspetiva de criar sistemas comuns em contextos voláteis e que permitam disponibilizar elementos policiais para funções operacionais, potenciando a redução de custos de funcionamento através do aproveitamento de soluções e capacidades de uso comum, da redução de esforço administrativo promovida pela uniformização e da integração e automatização de processos</p> <p>Intervencionar a Rede Informática do Governo tornando-a mais resiliente e mais digital</p> <p>Investir na melhoria da cobertura e capacidade da Rede de Comunicações de Emergência do Estado em Portugal Continental, na redundância geográfica dos Centros de Comutação (MSO) e de transmissão entre as Estações Base rádio em Portugal Continental e ainda na redundância da Rede nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira)</p> <p>Renovar a arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras, cooperação policial e judiciária e asilo, permitindo reduzir a carga burocrática dos serviços do SEF</p>

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança	Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores)	Infraestrutura digital na Administração Pública Regional – Mobile.GOV
		Programa de investimento "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta"
		Programa de investimento "APR + Apta para o Futuro"
		Programa de investimento "APR + Proativa"
Reforço do quadro geral de segurança cibernética na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos	Reforçar a capacitação em cibersegurança e segurança da informação	
	Criar as condições físicas e tecnológicas para a implementação e operacionalização do novo modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação	
	Implementar o quadro nacional de cibersegurança e transformar o atual modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação	
	Incrementar a Segurança na Gestão do Ciclo de Vida da Informação	
Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal	Disponibilizar um Centro de Contacto dotado de meios e tecnologia que permita igualmente tratar dos principais serviços através deste canal	
	Disponibilizar um Portal Único de Serviços Digitais, alinhado por eventos de vida dos cidadãos residentes em território português e no estrangeiro e das empresas, que se assuma como "Loja do Cidadão Virtual" e que permita ao cidadão tratar de forma digital e desmaterializada dos principais serviços da AP	
	Expandir a rede de Lojas de Cidadão, de Espaços Cidadão e de Espaços de Cidadão Móveis, aumentando a cobertura territorial e chegando a quem não possa ou não consiga aceder aos serviços digitais	
Serviços eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência	Incrementar a governação e capacidade de reutilização segura dos dados na AP	
	Promover a criação de infraestruturas integradas para fins específicos. Para tal, irá ser dado o exemplo com uma infraestrutura integrada de informação de conhecimento territorial do país, nas dimensões da habitação, da caracterização demográfica e económico-social das famílias, da atividade comercial, industrial e agrícola, a qual terá como requisito a interoperabilidade com outros sistemas de informação das organizações públicas e/ou privadas	
	Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal de dados abertos da Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, mais dados ligados em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais, e com isso alavancar, entre outros fins, a comunicação da transparência	

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C19. Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança	Transição Digital da Administração Pública da RAM	<p>Conetividade Ampliada – Fomento à Inovação, Telemática e Reforço de Segurança da Operação</p> <p>Cultura + Digital</p> <p><i>Data Science</i> nos setores do Mar, Turismo e Transportes</p> <p>Digitalização na área dos transportes</p> <p>Fomentar a Floresta 4.0</p> <p>Inovação, Modernização e Digitalização do Destino “Madeira”</p> <p>Modernização e Reorganização da Administração Pública</p> <p>Qualificação da Administração Pública, em estreita articulação com as instituições de ensino superior</p> <p>Transição Digital na RAM_ Vetor Terrestre</p>
C20. Escola Digital	Educação Digital (Açores)	<p>Aquisição de 20.000 equipamentos digitais móveis</p> <p>Aquisição de ecrãs interativos, com o objetivo de equipar 330 salas de escolas da Região</p> <p>Conceção e desenvolvimento de 10 MOOC (<i>Massive Open Online Courses</i>) para Professores e 10 MOOC para Encarregados de Educação</p>
	Programa de Aceleração da Digitalização da Educação (Madeira)	<p>Ambientes Inovadores de Aprendizagem</p> <p>Equipamentos com alto desempenho de resposta aos pedidos, tanto para o processamento do sinal do ISP, como da própria rede wi-fi</p> <p>Formação de Recursos em Competências Digitais do professor</p> <p>Infraestruturas físicas de rede, bem definidas e estruturadas</p> <p>Ligação à internet, com uma boa velocidade de acesso (<i>download</i> e <i>upload</i>) e com valores de desempenho constantes por parte do ISP (<i>Internet Server Provider</i>)</p> <p>Núcleos de Inovação Educacional – Disponibilizar ferramentas/equipamentos que possibilitem diferentes graus de sofisticação de aplicações tecnológicas e que permitam a aprendizagem de conteúdos educativos relacionados com as Ciências, Tecnologia, Engenharia, Eletrónica, Matemática, Artes, Línguas e Humanidades, estimulando a aprendizagem através da resolução de problemas</p> <p>Projeto dos Manuais Digitais</p>

continua

Componentes	Finalidade do Investimento	Medidas
C20. Escola Digital	Transição digital na Educação	<p data-bbox="538 212 983 260">Alargamento da conectividade da internet da Rede Alargada da Educação para 300 Gbps</p> <p data-bbox="538 272 983 293">Aquisição de 600.000 computadores de uso individual (alunos e professores)</p> <p data-bbox="538 316 983 336">Criação de cerca de 1.300 Laboratórios de Educação Digital</p> <p data-bbox="538 359 983 406">Disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais para a totalidade da matriz curricular (330 disciplinas)</p> <p data-bbox="538 419 983 440">Dotar as escolas de equipamentos de projecção em 40.000 salas</p> <p data-bbox="538 462 983 550">Dotar, pelo menos, 90% das escolas com ligação à Rede Alargada da Educação com uma capacidade mínima de 1 Gbps e ampliar as redes de área local a todas as escolas com ênfase nas redes wi-fi, em todas as escolas do ensino básico e do ensino secundário da rede pública</p> <p data-bbox="538 563 983 738">Remover limitações à utilização integrada dos equipamentos tecnológicos e digitais e suprimir a carência de equipamentos especializados para desenvolver competências digitais e estimular o prosseguimento para carreiras STEAM, promovendo igual participação de raparigas e rapazes, criando condições para a utilização integrada dos diferentes equipamentos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, presencial, misto e à distância, e para a participação de alunos e alunas em projetos específicos para o desenvolvimento de competências digitais</p> <p data-bbox="538 751 983 855">Remover obstáculos ao acesso à internet de qualidade em ambiente escolar, assegurando o fornecimento de conectividade à internet de qualidade às escolas, de modo a permitir a utilização universal de equipamentos e acesso a recursos educativos digitais por alunos, professores e funcionários de apoio à gestão em contexto educativo</p> <p data-bbox="538 868 983 957">Superar a utilização insuficiente de recursos educativos digitais no processo de ensino-aprendizagem e nos processos de avaliação, criando condições para a melhoria e utilização generalizada de recursos educativos digitais, incluindo nos processos de avaliação</p> <p data-bbox="538 970 983 1040">Ultrapassar a dispersão e ineficiência dos sistemas de gestão e informação do sistema educativo, criando condições para a gestão eficiente do processo de transição digital no sistema educativo</p>



A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04

93 050 45 04

96 150 41 26

+351 21 004 24 24

(de Portugal ou do estrangeiro)

#### **Atendimento Personalizado 24H**

O custo das comunicações depende do tarifário que tiver acordado com o seu operador de telecomunicações.

[www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt)

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, Sede na Praça D. João I, n.º 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.725.000.000,00 euros. Número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 501525882. Agente de Seguros registado com o n.º 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em [www.asf.pt](http://www.asf.pt). O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.